

Censo escolar e educação de qualidade

PAULO RENATO SOUZA

O Censo Escolar realizado pelo Ministério da Educação tomou proporções tão grandes e carrega responsabilidades tão importantes que o Governo se vê obrigado, a cada dia, a aprimorar mecanismos que garantam a fidelidade das informações prestadas. Esta preocupação será ainda maior na checagem deste ano, que começou a ser feita em 31 de março.

Afinal, o Censo radiografa a Educação em todos os níveis, menos Educação Superior e é com base nele que as escolas recebem os recursos do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) mais as verbas de programas federais como o Dinheiro na Escola, o Livro Didático ou a Merenda Escolar. Ele é, ainda, o referencial que baliza as políticas públicas estaduais e municipais. O trabalho checará 51 milhões de alunos, um terço da população brasileira, em mais de 215 mil escolas, algumas, como acontece na Região Norte, isoladas pelas águas, onde são necessários 15 dias de barco para chegar à escola e outro tanto para trazer os dados à Prefeitura.

Essa tarefa gigantesca, maior do que o Censo populacional de muitos países, mostra o quanto é importante contarmos não só com mecanismos próprios de acompanhamento,

mas também com a participação de toda a comunidade escolar e de outros segmentos.

De nossa parte, mais uma vez, recorreremos a um controle de qualidade e, sendo necessário, a auditorias para checar as informações prestadas. São salvaguardas com as quais não gostaríamos de contar, mas que são imprescindíveis para evitar o desperdício de recursos públicos ou a injustiça na concessão dessas verbas, ainda mais agora que o Governo faz um esforço sem medidas para ajustar as contas públicas.

Esses mecanismos mostraram-se importantes no ano passado, quando detectamos 153 mil matrículas irregulares em cinco Estados da Federação.

O problema ocorreu basicamente em redes municipais. Identificado o excesso de estudantes, cortamos as matrículas e deixamos de repassar, à conta do Fundo, R\$ 48 milhões. Evitamos liberar outros R\$ 40 milhões em livros didáticos.

Essas situações são insustentáveis do ponto de vista da boa administração de recursos públicos. Por isso, aliás, a legislação do Censo Escolar prevê sanções penais quando for identificada má-fé na prestação des-

sas informações. Felizmente, contudo, os Tribunais de Contas da União, dos Estados e o Ministério Público têm sido grandes parceiros do MEC com relação ao Censo e ao Fundef, denunciando o desvio de recursos, apurando-os e verificando os gastos em Educação.

Neste ano, teremos dois novos aliados: uma comissão de acompanhamento do Censo, com a participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional de

Secretários de Educação (Consed), que, juntos, colaborarão para ajudar prefeitos a identificar escolas e alunos ainda não declarados ao Censo. Sua ação é um exemplo de responsa-

bilidade social e repercutirá positivamente no controle de qualidade que fazemos dos dados.

Em termos práticos, este controle se dá através de uma pesquisa por amostragem realizada ao longo do ano e que começa a ser feita no máximo em agosto. Ele é importante não só no sentido fiscalizador, mas porque verifica a situação da escola periodicamente, captando a movimentação dos alunos, enquanto o Censo fotografa um instante. Asso-

ciado ao Censo – esse é seu mérito – representa a racionalização e a otimização dos recursos da Educação, por isso tem caráter saneador, nunca intimidatório.

Além de checar todos os dados do questionário (número de alunos, de professores, salários, qualificação do corpo docente, classes de aceleração, repetência etc.), o controle é um valioso aliado porque verifica a implementação dos programas do MEC. Por ele, sabemos se os professores fazem uso da TV Escola, se o colégio recebe o Dinheiro na Escola, os livros, a merenda. Último recurso, a auditoria só entra em cena quando, com base na avaliação dos dados, notamos discrepâncias.

Acreditamos, no entanto, que cada vez mais os dados serão fidedignos. Até porque a taxa de matrícula tende a se normalizar em patamares superiores.

Hoje, graças ao Fundef, a escolaridade no ensino Fundamental teve um crescimento extraordinário, 96% das crianças de 7 a 14 anos estão estudando. Foi um pulo de 6% em apenas um ano de vigência do Fundo. Estamos entrando, agora, numa faixa de crescimento vegetativo e isso significa que neste ano a matrícula não deverá crescer tanto quanto no ano passado.

■ PAULO RENATO SOUZA é ministro da Educação

A ESCOLARIDADE NO ENSINO TEVE UM CRESCIMENTO EXTRAORDINÁRIO